



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário **0000770-96.2012.5.02.0064**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 09/04/2012

Valor da causa: R\$ 10.000,00

Partes:

RECLAMANTE: CLEBIANO VIEIRA BARROS

ADVOGADO: DENER MANGOLIN

RECLAMADO: GESSO LEVE REVESTIMENTO E COMERCIO DE GESSO LTDA

ADVOGADO: JOSE EDNALDO DE ARAUJO

RECLAMADO: GERALDO RODRIGUES (Espólio de)

RECLAMADO: GERALDO RODRIGUES JUNIOR

ADVOGADO: JOSE EDNALDO DE ARAUJO

RECLAMADO: G. RODRIGUES CONSTRULEV LTDA

TERCEIRO INTERESSADO: AURILLAC INCORPORADORA LTDA.

ADVOGADO: EDISON EDUARDO DAUD

TERCEIRO INTERESSADO: JANINE DONIZETE SALVATO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
ATOrd 0000770-96.2012.5.02.0064
RECLAMANTE: CLEBIANO VIEIRA BARROS
RECLAMADO: GESSO LEVE REVESTIMENTO E COMERCIO DE GESSO LTDA E
OUTROS (3)

Edital de Leilão Judicial Unificado

64ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP

Processo nº 0000770-96.2012.5.02.0064

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 20/02/2025, às 11:42 horas, através do portal da leiloeira Fabiana Cusato - www.unileiloes.com.br, serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: **CLEBIANO VIEIRA BARROS, CPF: 002.442.573-70 , exequente, e GESSO LEVE REVESTIMENTO E COMERCIO DE GESSO LTDA, CNPJ: 68.460.161/0001-00; GERALDO RODRIGUES, CPF: 585.576.878-34; GERALDO RODRIGUES JUNIOR, CPF: 287.808.708-99; G. RODRIGUES CONSTRULEV LTDA, CNPJ: 13.719.586/0001-90, executado(s), conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:**

VEÍCULO DE PLACA EJF-2880, RENAVAL 00332197158, CHASSI 93ZC35A01B8427540, CPF DO PROPRIETÁRIO 287.808.708-99. DESCRIÇÃO: Uma CAMINHONETE, marca/modelo IVECO/DAILY 35S14HDCS, ano fabricação/modelo 2011 /2011, cor vermelha, combustível diesel. OBSERVAÇÕES: 1) Certificou o Oficial de Justiça (id: 451d89a): "em regular estado de conservação e funcionamento"; 2) Veículo objeto de RESTRIÇÃO JUDICIÁRIA - BLOQ. RENAVAL em outro processo; 3) HÁ DÉBITOS DE MULTAS no importe de R\$ 439,26, atualizado até 26/07/2024; 4) Último licenciamento do veículo efetuado no exercício 2023; 5) Conforme despacho do juízo da execução (id: c460b71): "Por se tratar a arrematação de bem em leilão judicial modalidade originária de aquisição da propriedade, fica estabelecido que o arrematante não responde pelos débitos tributários (art. 130, p.u., do CTN c/c art. 78 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho) e nem pelas dívidas que recaiam sobre bem, inclusive, as de natureza propter rem (art. 908, § 1º, do CPC/2015), os quais ficarão sub-rogados no preço, observando-se a ordem de preferência (art. 186 do CTN c /c art. 100, § 1º, da CF)". VALOR TOTAL DA AVALIAÇÃO: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais)

Local dos bens: Avenida Alberto Ramos, 130, Edifício Aroeira, Jardim Independência, São Paulo/SP.

Total da avaliação: R\$ 68.000,00 (sessenta e oito mil reais)

Lance mínimo do leilão: 30% do valor da avaliação.

Leiloeira Oficial: Fabiana Cusato

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O **exercício do direito de preferência** deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@unileiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão

Visitação dos bens: as 9:00 às 18:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional – DJEN.

SAO PAULO/SP, 16 de outubro de 2024.

DANYEL DOS SANTOS PINTO

Servidor



Documento assinado eletronicamente por DANYEL DOS SANTOS PINTO, em 16/10/2024, às 16:34:49 - 53b3758
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/24101616343889300000372011112?instancia=1>
Número do processo: 0000770-96.2012.5.02.0064
Número do documento: 24101616343889300000372011112